



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

Terceira Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo nº 0292514-8 (Vara da Fazenda Pública de Ipojuca)

Agravante: Município de Ipojuca

Procurador: Karla Patrícia C. C. de Vasconcelos Correia (PE0313)

Agravado: José Antônio de França

Advogado (a): Jorge Gomes da Câmara Filho PE029078

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDOR TEMPORÁRIO. CONTRATAÇÃO PARA ATENDIMENTO TEMPORÁRIO DE INTERESSE PÚBLICO. PERCEPÇÃO HORA EXTRA. DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR. ÔNUS DA EDILIDADE. ARTIGO 333, INCISO II DO CPC. AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

1. O permissivo contido no art. 37, IX da CF/1988, o qual, por sua vez, consagrou em seu texto (no art. 7.º, incisos XIII, XV, e XVI), que o direito a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, bem como remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal são direitos fundamentais de todo trabalhador, direitos sociais mínimos, estendidos, inclusive, aos servidores públicos, por força do artigo 39, §3º, da Magna Carta.

2. O direito ao adicional de hora extra é de índole constitucional, consistindo em direito fundamental do trabalhador sobrecarregado com trabalho excedente à jornada regular. Precedentes.

3. Uma vez comprovada a relação laboral com o ente público, caberia ao Município comprovar quanto ao pagamento do valor perseguido ou a ausência da contraprestação do serviço extraordinário para fins de se desincumbir da obrigação.

4. Não comprovou a municipalidade o não pagamento do crédito requerido, inexistindo quaisquer fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito pleiteado na sua totalidade (artigo 333, Inciso II do Código de Processo Civil). Precedentes.

4. Recurso de Agravo conhecido e negado provimento à unanimidade.

Acórdão

02

Vistos, relatados e discutidos o **Recurso de Agravo**, nos autos da **Apelação** nº 0292514-8, em que figuram, como Agravante **Município de Ipojuca** e como Agravado, **José Antônio de França**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes, nesta sessão de julgamento, da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento** ao Agravo Legal, tudo conforme relatório e votos em anexo que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 02 de Maio de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

Terceira Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo nº 0292514-8 (Vara da Fazenda Pública de Ipojuca)

Agravante: Município de Ipojuca

Procurador: Karla Patrícia C. C. de Vasconcelos Correia (PE0313)

Agravado: José Antônio de França

Advogado (a): Jorge Gomes da Câmara Filho PE029078

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

02

Cuida-se de Recurso de Agravo relativo à decisão de (fls.102/103/versus) desta relatoria, que em sede de Apelação nº 0292514-8, negou seguimento ao recurso interposto pelo Município de Ipojuca, mantendo a sentença, em todos os seus termos.

Pelo exercício na função temporária de guarda municipal, durante o período de 01/01/2005 a 25/03/2011, o apelado pleiteou em sua exordial a condenação da municipalidade ao pagamento de horas extras trabalhadas e a condenação da ré em honorários advocatícios.

Sentença de fls. 67/68 que julgou parcialmente procedente o pedido, considerando devido o percentual correspondente às horas extras com base nas anotações da folha de ponto, descontadas indenizações pagas administrativamente.

Apelação às fls. 78/92, recebida em ambos os efeitos (fls.94) alegando já terem sido pagas as parcelas remuneratórias, a título de hora extra, não havendo qualquer verba remanescente, bem como o regime ao qual o apelado se inclui é o estatutário, submetendo-se, por conseguinte, ao Estatuto dos Servidores Públicos.

Não foram apresentadas contrarrazões.

Decisão terminativa às fls. 102/103/versus, negou seguimento ao recurso de apelação interposto, com base no art. 557, caput, do CPC.

Interposto Recurso de Agravo às fls. 106/121, requerendo a reforma da decisão para dar provimento a Apelação, reformando a sentença de primeiro grau.

É o relatório.

VOTO

02

Apesar do Inconformismo da parte ora recorrente, tenho em mente que dito *decisum* não se afigura merecedor de reprimenda, bastando reafirmar os fundamentos que adotei na decisão terminativa ora combatida, para também repelir este seu Agravo Legal.

De início, vale ressaltar que deixei de remeter os autos à Procuradoria de Justiça, tendo em vista que a matéria se trata de direitos patrimoniais individuais, qual seja cobrança de verbas salariais, e, por isso, é desnecessária a intervenção do Ministério Público no caso em tela. Abaixo, colaciono jurisprudência relativa:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. DESNECESSIDADE DE INTERVENÇÃO MINISTERIAL. INTERESSE MERAMENTE PATRIMONIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO CUJO OBJETO SE EXECUTA, SEM RECEBIMENTO, PELA



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

CONTRATADA, DA CONTRAPARTIDA ECONÔMICA PELA ADMINISTRAÇÃO. ENTREGA DAS MERCADORIAS DEVIDAMENTE COMPROVADA. NOTAS FISCAIS RUBRICADAS POR SERVIDORES DA SAÚDE MUNICIPAL. SUFICIÊNCIA DA PROVA. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. PAGAMENTO DEVIDO. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. ALEGAÇÃO DE FATO EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. ÔNUS PROBATÓRIO DO RÉU. REEXAME NECESSÁRIO IMPROVIDO. APELO PREJUDICADO. DECISÃO SEM DISCREPÂNCIAS.a) **É despicienda a atuação de representante do Ministério Público em ações de cobrança relativas a contratos administrativos, posto que a natureza meramente patrimonial não configura o interesse público primário, ensejador da intervenção do Parquet;**

(...) *Omissis* (...)

(Apelação Cível, Número do Acórdão: 164814-0, Comarca Gravatá, Número de Origem: 219200200004588, Relator: Luiz Carlos Figueiredo, Revisor: João Bosco Gouvêa De Melo, Órgão Julgador: 7ª Câmara Cível, Data de Julgamento: 10/6/2008 14:00:00, Publicação: 115).

A matéria remete a percepção de verbas devidas pela Administração Pública local, sendo o apelado servidor municipal e supostamente não ter percebido verbas referentes a horas extra trabalhadas no período entre 01/01/2005 e 25/05/2011.

Trata-se, portanto, de contratação temporária no âmbito do serviço público, havendo que se considerarem os termos previstos no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal. A controvérsia ora em debate é de fácil deslinde, sendo já objeto de análise desta Egrégia Corte.

Cabe ao Município legislar sobre a contratação temporária para atender ao excepcional interesse público, porquanto, supostas diferenças remuneratórias há que serem concedidas a luz dos contratos e em lei municipal, sendo inaplicável, para o caso, a Consolidação das Leis Trabalhistas.

A Constituição Federal prevê, na norma do art. 37, inciso IX, a possibilidade de contratação por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, mediante lei autorizadora, com o objetivo de suprir necessidades emergenciais da Administração Pública, sendo excepcionalmente dispensada a realização do concurso público.

Sobre o instituto jurídico da contratação temporária pela Administração Pública, calha trazer à baila lição de Alexandre de Moraes, *verbis*:

"Dessa forma, são três os requisitos obrigatórios para a utilização dessa exceção, muito perigosa, como diz Pinto Ferreira, por tratar-se de uma válvula de escape para fugir à obrigatoriedade dos concursos públicos, sob pena de flagrante inconstitucionalidade: 1 - excepcional interesse público; 2 - temporariedade da contratação; 3 - hipóteses expressamente previstas em lei." (In "Direito Constitucional", ed. Atlas, 2002, p. 329)

Destarte, a relação jurídica estabelecida entre o apelado e o Município possuiu natureza institucional, sendo regida pelas normas estatutárias, não havendo se falar, portanto, em direito daquela ao recebimento de verbas previstas na legislação trabalhista, tendo em vista que, dada a natureza do vínculo que unia as partes ora litigantes, o ente não se encontrava obrigado a efetivar qualquer depósito no FGTS, bem como multas e demais direitos encontrados na CLT, posto que este não é um direito conferido aos servidores contratados.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

131
[assinatura]

Lado outro, ante o imperativo da Constituição Federal em seu artigo 39, §3º prevê que, aos servidores de cargo público, são extensíveis os direitos previstos nos incisos IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, do artigo 7º, onde se observa os relativos ao salário mínimo, 13º salário, gozo de férias anuais com, ao menos, 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO SUPERIOR, NO MÍNIMO, EM CINQUENTA POR CENTO A DO NORMAL, dentre outros.

Porquanto, a discricionariedade invocada pela municipalidade não pode superar o comando constitucional vigente, não sendo dado ao Estado, como ventilado, o permissivo de tudo poder perante o particular. Se prestada a força laboral extraordinariamente, não me parece razoável que o ente público, se beneficie temporariamente da mesma, para o exercício excepcional de funções de interesse público, para, em contrapartida, negar-lhes o direito a receber valor referente à hora extra, em manifesta desobediência aos mandamentos constitucionais.

Nessa senda, inconcebível o ente público beneficiar-se da força laboral de agentes, temporariamente contratados, para o exercício excepcional de funções de interesse público, e, em contrapartida, negar-lhes o direito a receber as horas extras trabalhadas e o repouso semanal remunerado, confrontando direitos constitucionais vigentes.

O direito ao adicional de hora extra é de índole constitucional, consistindo em direito fundamental do trabalhador sobrecarregado com trabalho excedente à jornada regular. O estatuto jurídico do trabalhador, previsto na Constituição da República, configura um rol de direitos mínimos que a legislação infraconstitucional não pode extirpar. O fato de a legislação local não contemplar tais verbas não serve de escusa para o seu inadimplemento, sob pena de o Município de beneficiar da própria desídia, o que repugna o mais elementar senso do justo, o que se confirma como princípio geral do direito.

Abaixo, transcrevo alguns arestos jurisprudenciais endossando a teoria do estatuto mínimo do trabalhador:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO OPOSTO COM O FITO DE SANAR SUPOSTA OMISSÃO. "CONTRATO" "TEMPORÁRIO" REALIZADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PLEITO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO. DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TRABALHADOR. EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS À UNANIMIDADE. 1 - Versa a lide em apreço acerca da percepção de férias e 13º salário em sede de "contrato" "temporário" de "trabalho" realizado com o Estado de Pernambuco; 2 - No que atine à pretensão de receber férias e gratificações natalinas não prestadas, o pedido é digno de acatamento, pois, aqui, não se está tratando de peculiaridades dos regimes estatutário ou celetista, mas de direitos fundamentais a que todo trabalhador faz jus, quer no serviço público, quer no privado; 3 - Entre os apanágios dos direitos fundamentais, estão a indisponibilidade e a irrevogabilidade, esta, decorrente de sua qualidade de cláusulas pétreas, a teor do artigo 60, §4º, IV, da Constituição Federal. Assim, nem por Emenda Constitucional se pode derogar o direito a férias ou ao 13º salário do trabalhador; 4 - No caso das férias, aliás, até mesmo por imperativo médico, é inconcebível que o servidor "temporário", exercendo, por mais de ano, seu labor, com carga-horária elevada, não goze, após 12 meses de serviço, do descanso amplamente reconhecido, no mundo civilizado, como necessário à humanização do "trabalho", e à preservação da saúde dos trabalhadores; 5 - À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso". (Embargos de Declaração nº 176882-9/02, Dês. Relator Luiz Carlos Figueiredo, 7ª Câmara Cível, julgado em 7/4/2009).

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

"EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. "CONTRATO" ADMINISTRATIVO DE "TRABALHO" "TEMPORÁRIO" CELEBRADO PELO ESTADO DE PERNAMBUCO. AGENTE DE SEGURANÇA. DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. I - Pelas provas dos autos, restou incontroversa a prestação de serviço pelo apelante ao apelado, através de "contrato" administrativo de "trabalho" "temporário" por necessidade de serviço, regido pela Lei Estadual nº 10.954/1993, com autorização do art. 37, IX da CF/1988, fato aduzido na inicial e não contestado. II-A natureza do "contrato" em discussão era, como reconhecem ambas as partes, de pacto "temporário" para atendimento de excepcional interesse público, não sendo motivo hábil a afastar do obreiro os direitos constitucionais ao 13º salário e férias acrescidas de um terço. III - Precedentes desta Corte. IV-Recurso de Agravo não provido. V - Decisão Unânime." (Agravo nº 176892-5/01, Des. Relator Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, julgado em 17/2/2009).

Observado ser perfeitamente cabível a cobrança de valores referentes a serviço extraordinário supostamente prestado e não remunerado, considerando a natureza administrativa do vínculo laboral, há que se atentar para a legislação municipal quanto ao caso, bem como para os termos que compõem o contrato administrativo celebrado entre a Administração Municipal e o apelado.

Afirmado pelo próprio Município, existe regulamento disciplinando quanto aos Guardas Municipais (Lei Municipal de nº 1.439/2006, artigo 57, §2º) prevendo adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre as horas normais quando da realização de horas extras.

No artigo 56 do mesmo diploma legal está disposto que, para efeito de cálculo de vencimento/hora, os divisores a serem adotados serão os de 120 (cento e vinte) horas mês (I) e 60 (sessenta) horas de repouso remunerado (II).

Não constando nos autos contraprestação por parte da Administração Pública da totalidade das horas extraordinárias laboradas, bem como não constituído fato modificativo, extintivo ou impeditivo quanto ao direito perseguido, correta, portanto, a decisão de 1º grau que julga parcialmente procedente o pedido, concedendo o pagamento de valor concernente à hora extra trabalhada, *conforme anotação em folha de ponto*.

Uma vez comprovada a relação laboral com o ente público, caberia ao Município comprovar quanto ao pagamento do valor perseguido ou a ausência da contraprestação do serviço extraordinário para fins de se desincumbir da obrigação.

Reitero que não honrando a Administração Pública com o efetivo pagamento na sua totalidade dos serviços extraordinários efetivamente prestados, resta configurado intolerável enriquecimento sem causa, não sendo suficientes para se eximir de tais obrigações as alegações levantadas, conforme até então dissertado.

Nesse diapasão, não comprovou a municipalidade o não pagamento do crédito requerido, inexistindo quaisquer fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito pleiteado na sua totalidade (artigo 333, Inciso II do Código de Processo Civil). Nesse pensar e de forma reiterada, o Tribunal de Justiça de Pernambuco vem decidindo a questão.

Observem-se julgados desta Corte de Justiça os quais respaldam o tal posicionamento:

Apelação Assunto(s) Número do Acórdão 117144-0
Comarca Tabira Número de Origem 02001551 Relator José Ivo de Paula
Guimarães Relator do Acórdão José Ivo de Paula Guimarães Revisor Órgão
Julgador 2ª Câmara de Direito Público Data de Julgamento 15/7/2010
14:00:00 Publicação 138 Ementa ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

132
✓

APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. INACOLHIDA. DIFERENÇA DE SUBSÍDIOS DE PREFEITO E VICE-PREFEITO. NÃO PAGOS. ÔNUS DA EDILIDADE, ART. 333, II, DO CPC. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME 1. A prescrição da ação condenatória é interrompida pela citação válida em eventual ação declaratória proposta com o objetivo de anular o ato considerado ilegal, permanecendo o lapso prescricional interrompido até o trânsito em julgado da ação declaratória, momento em que se inicia o prazo prescricional quinquenal, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça. No caso vertente, o trânsito em julgado da decisão que julgou procedente a ação declaratória se deu no ano de 1998 e, tendo o ajuizamento da presente ação se efetuado em 2002, portanto, dentro do quinquênio legal, não havendo que se falar em incidência da prescrição. Preliminar inacolhida. 2. Com efeito, devidamente comprovada a relação com o ente público, faz jus o servidor, ou empregado público, ao recebimento das verbas salariais impagas como contraprestação dos serviços prestados, tudo em consonância com o que dispõe o art. 7º c/c art. 39, §3º, da Constituição da República, devendo, portanto, o salário corresponder ao valor legal que, com declaração da nulidade da Resolução Municipal que reduziu os vencimentos dos cargos majoritários, passou a ser aquele anterior a sua edição. Em verdade, o não pagamento da diferença encontrada entre o valor recebido no período de validade da norma local e o efetivamente devido, importa em evidente afronta aos princípios da dignidade da pessoa humana e da moralidade administrativa, não possuindo qualquer respaldo no ordenamento jurídico. Entendimento diverso significaria admitir que a municipalidade se locupletasse indevidamente da força de trabalho de seus servidores, em evidente enriquecimento ilícito. 3. No caso em apreço, restou incontroverso o exercício dos cargos eletivos dos recorrentes com a municipalidade apelada e tratando-se de verba alimentar, sua satisfação não pode ficar a mercê do beneplácito do administrador público. Assim, caberia ao Município apontado como inadimplente, demonstrar nos autos o pagamento dos valores cobrados, a fim de se desincumbir da obrigação. Vale dizer, a teor do art. 333, II, é ônus do réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor, e, não o tendo feito, deve arcar com o pagamento das verbas salariais reclamadas, em face do reconhecimento da procedência do pedido inaugural. 4. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao recurso de apelação. Decisão À unanimidade de votos, deu-se provimento ao Apelo nos termos do voto do Relator.

Agravo Assunto(s) Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão, Gratificações Municipais Específicas Número do Acórdão 0013247-88.2009.8.17.0000 (78321-7/01) Comarca Cabo de Sto. Agostinho Número de Origem 00783217 Relator José Ivo de Paula Guimarães Relator do Acórdão José Ivo de Paula Guimarães Revisor Órgão Julgador 2ª Câmara de Direito Público Data de Julgamento 11/3/2010 14:00:00 Publicação 53 Ementa DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO RECONHECIDA NOS AUTOS. INEXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL ESPECÍFICA. NORMAS CONSTITUCIONAIS AUTO-APLICÁVEIS. REMUNERAÇÃO DEVIDA. AÇÃO PROPOSTA EM DEZEMBRO DE 1999. JUROS DE MORA DE 12% AO ANO. À UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO. 1. Cinge-se a controvérsia à análise do direito dos autores, servidores municipais ocupantes de cargos de provimento efetivo, ao recebimento dos valores correspondentes ao serviço extraordinário não remunerado oportunamente pela municipalidade. 2. Estando devidamente comprovada nos autos a relação laboral com o ente



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

02

público, faz jus o servidor, ou empregado público, ao recebimento das verbas salariais impagas como contraprestação dos serviços prestados, em consonância com o que dispõe o art. 7º c/c art. 39, §3º, da Constituição da República.3. **Cabia ao Município, apontado como inadimplente, demonstrar nos autos o pagamento dos valores cobrados, ou a não prestação, pelos autores, do serviço extraordinário, a fim de se desincumbir da obrigação. É que, a teor do art. 333, II, do CPC, é ônus do réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor. Não o tendo feito, deve suportar as consequências do reconhecimento da procedência do pedido inaugural.**4. Bastaria, nesta conjuntura, que houvesse a edilidade, como forma de satisfazer o ônus probatório, juntado aos autos as folhas de ponto ou de escala dos autores, não obstante possua em seu banco de dados referidas informações, cuja existência restou evidenciada no processo através do depoimento testemunhal levado a termo às fls. 99/100.5. Com essa perspectiva, faço ver que as normas constitucionais relativas à remuneração do serviço extraordinário, aplicáveis também ao funcionalismo público, consubstanciam, incontroversamente, comandos auto-aplicáveis, obrigatórios e cogentes para todos os entes federados, que não admitem regulamentação restritiva na legislação ordinária estadual e municipal, descabendo à municipalidade alegar, como escusa à sua conduta ilícita, a inexistência de norma específica de regência no afã de locupletar-se injustamente, como dissemos, do trabalho dos servidores.6. Por fim, irreparável é a condenação também no que toca à fixação dos juros moratórios em 1% (um por cento) ao mês. Com efeito, a teor do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela MP nº 2.180-35/01, os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, a contar do início de sua vigência, não poderão ultrapassar o percentual de 6% (seis por cento) ao ano, alterando a regra anterior de incidência.7. A contrario sensu, pode-se concluir que, tendo sido a presente ação proposta em 23/12/1999, antes, portanto, o início da vigência da MP nº 2.180-35/01, devem ser os juros de mora aplicados à espécie no percentual de 12% (doze por cento) ao ano, conforme previa a sistemática anterior, e não 0,5% (meio por cento) ao mês, como pretende o recorrente.8. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de Agravo, para manter incólume a decisão terminativa fustigada. Decisão À unanimidade de votos, improveu-se o recurso de agravo. *(original sem destaque)*

Ante o exposto, e sem mais delongas, voto no sentido de conhecer do presente recurso, entretanto, **NEGANDO-LHE PROVIMENTO**, por não vislumbrar fundamentos relevantes a ensejar a pretensa reforma da decisão combatida.

É como voto.

Recife, 02 de Maio de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator